

O lugar das “velhas” metodologias no mundo das novas tecnologias: tradição, inovação, ensino e pesquisa em História

The Place of the “Old” Methodologies in the World of New Technologies: Tradition, Innovation, Teaching and Research in History¹

Ângelo Emílio da Silva Pessoa*

RESUMO

O presente artigo relata um conjunto de experiências realizadas ao longo de anos de prática docente, relacionadas à pesquisa documental em História, conectando-a ao ensino e ao uso de tecnologias digitais através da produção de *Powerpoints*, de aulas remotas e de publicações de artigos em blogs destinados a temas históricos. Em específico, detalha uma recente experiência, referente ao uso de documentação digitalizada manuscrita do século XIX, constante do acervo da Câmara Municipal de João Pessoa, realizada na disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, na Universidade Federal da Paraíba, enfocando os critérios de sua realização, os métodos empregados e os resultados obtidos no decorrer da atividade.

Palavras-chave: Pesquisa documental; Blogs de História; Ensino de História.

ABSTRACT

The present article reports a set of experiences carried out over years of teaching practice, related to documental research in History, connecting it to teaching and to the use of digital technologies through the production of *PowerPoints*, remote classes and publication of articles in blogs on historical topics. Specifically, it details a recent experience regarding the use of digitized handwritten documentation from the nineteenth century, contained in the collection of the City Council of João Pessoa, carried out in the discipline of Introduction to Historical Studies at the University Federal da Paraíba, focusing on the criteria of its realization, the methods employed and the results obtained in the course of the activity.

Keywords: Documental research; History blogs; History teaching.

* Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil. angeloepessoa@gmail.com
<<https://orcid.org/0000-0001-9409-9651>>

O maior dos temporais aduba o jardim.

(Sérgio Sampaio, 1976)

Já se tornou lugar-comum, no âmbito do ensino de História, o reclame por concepções e práticas inovadoras, em contraposição a uma história dita “tradicional”, cuja definição é tão ampla que engloba quase 99% do que se entende por Historiografia a depender do “gosto do freguês”. Nesse caldo, podem caber pesquisas em áreas diversas, investigações de cunho documental e outras práticas que alicerçaram o conhecimento e a disciplina acadêmica e escolar desde o século XIX, cuja supressão irrefletida pode mesmo solapar suas bases, num estranho caso de autofagia. Nesse sentido, a inovação pela inovação pode ser tão irrefletida e danosa quanto um apego identicamente dogmático pela dita tradição. A relação dialética entre ambas, o tensionamento entre diferentes formas de investigar história é que pode garantir uma produção de conhecimentos mais sólidos, mais lastreados e bem fundamentados em práticas que se situem além de peças de propaganda, cuja leitura mais atenta permite devassar fragilidades que não atestam novas práticas, mas, simplesmente, reunião de *slogans* programáticos sob vestimentas atrativas.

Não se trata, aqui, de estabelecer uma clivagem entre tradição e inovação, mas defender que as inovações devem sempre, necessariamente, dialogar com as tradições que as precedem, de forma a manter uma rica interação entre as heranças e as aquisições futuras. Maynard argumenta sobre as vastas possibilidades e eventuais estorvos que as tecnologias digitais trazem para o campo da História. Destaca, de maneira pertinente, entre outras, a “possibilidade de engendrar dados pelo uso de ferramentas eletrônicas, conduzindo a descobertas que antes não estavam evidentes” ou ainda o ganho de interatividade com o público (MAYNARD, 2016, p. 112). Definitivamente não se pode desprezar tais ganhos, mas convém adquiri-los sem incorrer em perdas irreparáveis pela simples aceitação acrítica do novo².

UM PROFESSOR DIANTE DE SUA PROFISSÃO, O SALDO DAS EXPERIÊNCIAS E DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Estudante de educação básica e superior entre os anos 70 e 80 e ingresso como docente no ensino superior em meados dos anos 90, em uma instituição

particular, a primeira providência foi vasculhar planos de curso de disciplinas cursadas na Graduação, na busca de parâmetros que pudessem balizar o próprio plano. Certamente, as disciplinas e professores mais caros se fizeram presentes como fontes de consulta e inspiração. Três pequenas situações – mas que geraram grandes repercussões no plano pessoal –, tiveram influência decisiva não apenas em relação à elaboração do referido plano, mas também em relação a reflexões diversas na prática docente em situações e momentos anteriores e posteriores.

A primeira se deu em um seminário na disciplina História do Brasil III (Império), sob responsabilidade da Professora Laura Baracuh, que estabeleceu de forma metodologicamente fundamentada essa atividade na disciplina, indo além do que costumava acontecer, que era a realização de aulas expositivas sobre os temas X ou Y, a cargo dos alunos. Na segunda, numa conversa com a Professora Joana Neves, havia sido indagado por ela se durante a adolescência havia lido histórias de batalhas ou similares e se tinha gosto por isso. Ante a admissão um tanto envergonhada desse “defeito”, ouvi algo mais ou menos assim: “Não perca o sabor e o encanto dessas velhas leituras, apenas acrescente a elas o rigor crítico, o fundamento teórico e metodológico que o curso lhe oferece, senão tudo fica muito chato”. E a terceira, numa conversa com a Professora Rosa Godoy, que mencionou que o seu Professor de História Medieval, Pedro Moacir de Campos, na época de sua Graduação na Universidade de São Paulo (finais dos anos 60 e início dos 70), discutia diversos textos em sala de aula, como é comum nas disciplinas universitárias, mas realizou uma prova inusitada, cuja característica era que a mesma consistia na análise de um documento medieval, através da qual cada estudante pusesse em prática os conhecimentos obtidos por intermédio das leituras, como verificar relações sociais, analisar o papel da Igreja Católica, indagar sobre as estruturas de poder etc.

Essas três situações calaram fundo e serviram de parâmetro para as seguintes constatações e objetivos em uma carreira docente: a primeira era que a atenção metodológica e didática deveria permear todo o processo de maneira rigorosa. A segunda era que todo o rigor necessário do estudo deveria ser “temperado” com o encanto, com o gosto pela história, como, de passagem, bem lembrou Marc Bloch, quando nos alerta que tudo começa pelo gosto, pela diversão, que, num segundo momento, exige as “necessárias austerida-

des”, para se descobrir o gosto da “cor verdadeira” (BLOCH, 2001, p. 43). Por fim, a que sugeria que o uso de fontes primárias poderia ser bastante sugestivo no sentido de sedimentar as leituras realizadas, estimular uma prática criativa em vez da mera repetição de citações, muitas vezes fora do devido contexto e bem distantes das concepções e intencionalidades dos autores citados.

Cumpru voltar uns poucos anos, ao início da década de 1990, momento do meu ingresso na docência em educação básica – que nem era minha pretensão inicial, a partir da miragem de um caminho reto e sem sustos, rumo ao ensino superior –, considerado um “fracasso do plano”, mas que acabou se constituindo numa escola de uma valia inestimável, indispensável ao atual docente supostamente encastelado no ensino universitário. Nesse momento, a fermentação de algumas dessas ideias-chave acima apontadas sugeria alguns caminhos para sobreviver ante à crítica cerrada e às vezes impiedosa das crianças de 10 ou 11 anos. Cabe aqui salientar que alunos universitários, às vezes cientes dos jogos acadêmicos, do acesso a bolsas e outras possibilidades e espaços, acabam em muitos momentos incorrendo numa insinceridade flagrante, na qual as crianças com menos compromissos normalmente não incidem, quando dizem de maneira direta e objetiva: “professor, essa aula é muito chata!”.

Esse me parece ser um ponto essencial na prática de um docente: sua aula mantém o encanto pela disciplina ou se dissolve numa espécie de sopa difícil de tragar? Qual professor está efetivamente preparado para sobreviver à afirmação direta e implacável de que sua aula é chata? Indo mais a fundo: qual professor faria a si a seguinte pergunta: eu gostaria de ser meu próprio aluno?

Longe de querer aqui sugerir que cabe aos alunos o papel exclusivo de julgadores do processo – às vezes esses julgamentos refletem mais uma situação de momento, uma explosão de afetos diversos –, mas ouvir suas falas é prudente e aconselhável. E se a afirmação de que a aula é chata se repete sistematicamente, isso pode servir de indício de que há algo a ser refletido e modificado na prática docente.

Desse modo, diante de afirmações que ouvi aqui e acolá, em momentos diversos, quanto à eventual ou efetiva chatice das aulas, estabeleci o seguinte objetivo pessoal: já que eu gosto de História, como estimular meus alunos a também gostarem? Eis um desafio ingente posto e que acabou orientando alguns anos – que já viraram décadas – de prática docente, ainda visando esse

objetivo, às vezes bem sucedido, às vezes baldado, como costuma acontecer na vida e nos melhores planos e intenções, que em não poucas ocasiões se convertem em água de barrela.

Então, desde os “verdes anos” da docência na educação básica em Campinas (SP), onde me radiquei por volta de duas décadas, entre finais dos anos 80 e a primeira década do atual século, e atuei nas redes estadual e municipal de ensino durante boa parte desse período, bem como depois, a partir de meados dos anos 90, nas experiências no ensino superior particular, esses pontos não deixaram de ser considerados, malgrado as especificidades de cada condição e situação. Aqui e acolá, o uso de músicas e imagens se tornou uma prática sistemática em sala de aula. Desde a reprodução de letras em mimeógrafos e imagens de Debret e Rugendas em fotocópias, com sua conseqüente aplicação didática, transformadas depois em Oficinas Pedagógicas realizadas em processos de formação continuada de professores, que pude realizar como participante e ministrante em diversas ocasiões desde aquele momento.

Uma experiência memorável, e de conseqüências duradouras, foi o uso didático de excertos documentais, motivado especialmente por uma hoje antiga publicação da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas do Estado de São Paulo (CENP), a “Coletânea de Documentos Históricos para o 1º Grau – 5ª a 8ª Séries³, cuja partilha com alguns colegas docentes foi fonte de muita motivação dos envolvidos e de boa parte dos alunos, certamente com altos e baixos, porque as situações sempre são desafiantes e os resultados nem sempre os mais desejados. Essas experiências no trânsito entre a educação básica e a superior, ao longo de duas décadas, criou uma espécie de “vaso comunicante”, no qual uma experiência vivenciada num nível de ensino transitava para o outro e vice-versa, de tal forma que ambas se retroalimentavam.

Considerando minha radicação eventualmente definitiva no ensino superior público desde 2006, cabe a constatação de que o jovem docente da educação básica de décadas atrás ainda tem muito a ensinar ao atual docente da educação superior. E, em decorrência, é possível constatar que, interagindo com docentes mais jovens, é possível estar atento às inovações que podem trazer importantes ganhos para quem foi formado nas técnicas do uso dos fichários manuais, da datilografia, da mecanografia (mimeógrafos), dos projetores de diapositivos (slides) e transparências e hoje experimenta as inovações digitais que parecem se suceder de forma vertiginosa em tempos cada vez mais

curtos e que exigem agilidade para se estar a par de tantas e tão súbitas mudanças. O trânsito entre as tecnologias não consiste num processo fácil e direto, exige “desaprendizados” e aprendizados nem sempre possíveis e tranquilos na rotina da docência. Parar, “desaprender” e aprender são demandas que às vezes não se colocam no campo das possibilidades, especialmente se o docente se encontra premido por situações muitas vezes dramáticas de exercício da profissão e de sobrevivência.

NO TRÂNSITO ENTRE OS NÍVEIS DE ENSINO E AS TECNOLOGIAS OU DE COMO EXPERIÊNCIAS E TEMPOS DISTINTOS PODEM E DEVEM DIALOGAR

A partir de 2006, conforme já dito, radiquei-me de maneira aparentemente definitiva e exclusiva na educação superior pública. Parte do desafio, desde aquele momento, era saber o que aproveitar da bagagem adquirida da trajetória até então realizada. Certamente, dadas as características do novo campo de atuação, envolvendo Graduação e Pós-Graduação, teria de demandar a aquisição de novos métodos e novas ferramentas de trabalho, sem necessariamente atirar os “velhos métodos” e as “velhas ferramentas” na “lata de lixo da história”. Esse momento, inclusive, corresponde em boa medida, a um processo mais geral de substituição de processos tecnológicos no âmbito da educação, quando nos primeiros anos do atual século os novos pacotes tecnológicos começaram a ser consolidados. Não faz tanto tempo assim do uso cotidiano dos Diários de Classe manuais trocados pelos digitais, da aposentadoria dos retroprojetores e outras traquitanas mecânicas, hoje substituídas por meios e equipamentos digitais. Se, com pouco mais que 50 anos, ainda convivi plenamente com esses meios manuais e mecânicos, jovens docentes de cerca de 30 anos ainda os conheceram no ocaso de seu uso. Ter ciência desse processo é importante para definir o que convém ser descartado e o que pode ser considerado “tesouro” do conhecimento histórico e que seria importante preservar como forma de estudo e investigação.

Nas disciplinas de Introdução aos Estudos Históricos e Metodologia da História (essa segunda na Graduação e na Pós-Graduação), cujo magistério tem sido predominante em uma década e meia em duas Universidades Federais, a do Mato Grosso do Sul (UFMS), entre 2006 e 2008, e a da Paraíba

(UFPB), desde esse último ano, essas reflexões e experiências não deixaram de estar presentes e se colocado como desafios permanentes.

Cumpra aqui um parágrafo-parêntese de inquietação. Normalmente, quando falamos de ensino de História e o problematizamos, remetemo-nos ao ensino na educação básica, que parece ser alvo preferido de análises acuradas e muitas vezes felizes, ou até mesmo infelizes, como são as coisas na vida. Mas temos certa dificuldade em refletir sobre o ensino de História na educação superior, ainda mais no âmbito da Pós-Graduação, como se nele se tivesse obtido a quintessência da qualidade, como se, no muitas vezes sapiente dizer dos meus queridos alunos das antigas 5^{as} séries não houvesse “aulas chatas”, como se não existissem conteúdos questionáveis, didáticas maçantes e outras magnas questões. De olhos muito atentos ao que se passa na educação básica, baixamos um pudico véu diante do que acontece no mundo da academia, como se tivéssemos apenas conselhos a ofertar e nada a aprender. Mas, como estamos supostamente nos píncaros da glória, não é de bom tom trazer questões tão inoportunas à baila. Fecha parênteses.

Desse modo, desde os “primeiros passos” em 1995 e, especialmente, a partir de 2006, busquei aliar aquelas três condições que havia estabelecido – a lembrar: o rigor, o gosto e o trato com fontes primárias –, e as experiências adquiridas ao longo de duas décadas como parte de meu labor nessas disciplinas. Assim, ao longo desse tempo, a ideia de estabelecer oficinas de trabalho como meio de docência e avaliação foi tomando corpo. Inicialmente, substituí uma das provas (meio avaliativo ainda em uso e de resultados didáticos grandiosos ou lastimáveis a depender de muitas situações) por uma análise documental como avaliação final na disciplina Metodologia da História na UFMS, no ano de 2006. Na ocasião, depois de um ano de Metodologia da História⁴ para uma turma de calouros, sugeri que a última avaliação consistisse numa oficina de iniciação à pesquisa (na época, não havia usado esse simpático nome, adotado depois), o que foi visto com um misto de estranhamento e curiosidade pela turma.

Posto isso, distribuí aos grupos um documento do século XVII, o “Sermão de Santo Antônio”, pregado pelo célebre Padre Antônio Vieira na Igreja das Chagas de Lisboa, em 14 de Setembro de 1642 (VIEIRA, 1995). O documento aparentemente inusitado, de cerca de 30 páginas, num primeiro momento levou a um misto de susto, ansiedade e dúvidas quanto à possibilidade

de se retirar algo dali. A continuação da atividade, com atendimento aos grupos, conexão entre as leituras até então realizadas e a interpretação do documento, levaram a um final bastante surpreendente para todos os envolvidos. Problematizações e estratégias as mais diversas surgiram na elaboração dos trabalhos, como a busca por referências bibliográficas, a discussão acerca da restauração da autonomia portuguesa após o final da União Ibérica (1580-1640), a acesa polêmica sobre as delicadas relações entre política e religião, a busca de uma didatização do conhecimento produzido, entre outras questões. Com algum percalço ou outro, a apreciação geral, obtida mediante uma avaliação coletiva ao encerramento da atividade e da disciplina (e com as notas já atribuídas, visando diminuir o índice possível de “insinceridade”), deram conta de que a atividade havia instigado o espírito de investigação, que um documento aparentemente árido, obscuro e de difícil leitura e compreensão era foco de reflexões muito significativas, como bem propôs Marc Bloch em outro conhecido trecho de sua *Apologia*, quando fala da carne humana que podia ser encontrada por trás dos escritos aparentemente mais insípidos.

Nas ocasiões subseqüentes, já na UFPB, a experiência foi ganhando novas configurações na disciplina Introdução aos Estudos Históricos, à medida em que demandas surgiam por parte dos próprios estudantes e temáticas eram sugeridas, muitas vezes englobando a presença ativa de Monitores de Graduação ou de Estagiários-Docência, do PPGH-UFPB. Em linhas bastante gerais, foram tratados documentos dos séculos XVI a XIX, abordando temáticas sobre a história indígena, escravidão africana, racismo, administração colonial, disputas entre colonos e missionários, na medida em que eram agenciados documentos acerca desses assuntos. Também adentrou-se pelo século XIX, com documentos sobre instrução pública, sugeridos e desenvolvidos com duas Estagiárias-Docência (Maday Moraes e Michelle Lima), com nossa supervisão. Num momento posterior, em função de demandas dos estudantes, foi adotada em alguns semestres uma análise comparativa entre o Manifesto Comunista, de Marx e Engels (1848), e a Encíclica Papal *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII (1891). Ainda foram analisadas duas peças teatrais, a saber, *Nathan, o Sábio* (1779), de Gotthold Ephraim Lessing e *A Torre em Concurso*, de Joaquim Manuel de Macedo (1863). Num dado momento, passou a se realizar o processo de escolha do tema mediante votação pelos estudantes, tornando ainda mais participativa a realização das Oficinas.

Na disciplina de Metodologia da História I, outrossim, expandi a experiência para englobar fontes diversas, além das escritas, numa Oficina sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985), na qual foram usados documentos como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), as peças teatrais *O Bem Amado*, de Dias Gomes (1961, encenada em 1970), *Os Convalescentes*, de José Vicente (1970), *Calabar, o elogio da traição*, Chico Buarque e Ruy Guerra (1973), entrevistas com militares ou membros da oposição (disponíveis principalmente no CPDoc, da FGV), fotografias, revistas como *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Fatos & Fotos*, cerca de 30 músicas, que variaram das mais “evidentes” como “Apesar de você”, de Chico Buarque (1970), a outras menos diretas, como “Gotham City”, de Jards Macalé (1969), ou propagandas do regime, como “Este é um país que vai pra frente”, de Os Incríveis (1976). Também filmes promocionais, como os veiculados pelo Canal 100 ou outras mídias foram incorporados.

Importante atentar para que a Oficina costuma ser anunciada na discussão do Plano de Curso, já no primeiro dia da disciplina, mas sua execução acontece em torno do último mês, com a definição dos temas e a entrega do material documental básico (que pode ser acrescido pelos grupos) e de alguns subsídios para contribuir com os estudos. Assim, em momentos fora do tempo da aula (ou em algumas aulas específicas), os grupos recebem atendimento do docente, de Estagiários-Docência ou Monitores, conforme a disponibilidade dos mesmos. Com o tempo, a produção de jogos de transparências em *Powerpoint* pelas equipes foi ganhando alguma sofisticação e a incorporação de imagens e outros recursos se tornou quase imperativa. Alguns grupos se esmeraram em produzir algo que se fizesse gratificante. Em termos de avaliação da experiência como um todo, se havia um caráter bastante impressionista e subjetivo de minha parte, com a implantação das avaliações institucionais da Universidade, após o encerramento das disciplinas, permitiu um resultado mais acurado e coincidiu com as falas realizadas no dia de encerramento das Oficinas e da própria disciplina.

Em 2015, ao dividir durante um semestre a disciplina Introdução aos Estudos Históricos com a Professora Regina Célia Gonçalves, fui convencido a realizar uma modificação ainda mais profunda no sistema avaliativo e no próprio cerne da disciplina. Nessa ocasião, as provas foram suprimidas, em virtude da adoção de um Memorial da disciplina, um instrumento de avaliação processual e contínua, através do qual, em todas as aulas, os estudantes

realizam três momentos, sendo previamente realizado o fichamento ou síntese dos textos a serem discutidos em sala, e *a posteriori* o relatório e avaliação de cada aula. Esse material é entregue em três momentos ao longo do semestre letivo, nos quais o docente faz comentários, sugestões e avaliações. Nessa ocasião, realizamos uma oficina sobre “História e historiografia dos povos indígenas (1850-1852)”, na qual adotamos textos de um debate entre o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen e o escritor Manuel Antônio de Almeida (das *Memórias de um Sargento de Milícias*), em torno de um projeto de “civilização dos indígenas” proposto pelo primeiro num documento denominado “Memorial Orgânico”, de 1850. Outrossim, na disciplina Metodologia da História I (para uma turma de assentados rurais do PEC-MS), dividida com a mesma colega nessa ocasião, realizamos a Oficina em torno do Relatório da Sub-Comissão da Câmara Federal acerca do Trabalho Escravo no Brasil (1993) e documentos conexos, que permitiram trazer temas de grande atualidade no âmbito do conhecimento histórico.

Em 2018 a Oficina ganhou novas características, com a incorporação de reproduções de documentos manuscritos, provenientes do acervo da Câmara Municipal de João Pessoa (antiga cidade da Paraíba), relativos ao início do século XIX. O contato com a Paleografia foi uma grata surpresa, porque os estudantes, em vez de reclamarem da dificuldade, sentiram-se instigados a decifrar a escrita, de tal maneira que as transcrições realizadas por mim, com revisão feita pelos colegas Acácio Catarino e Mozart Vergetti (paleógrafos de primeira linha), só foram entregues depois de alguns dias do início das Oficinas. Curioso que nos fez relembrar de algumas experiências em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, quando da entrega de fotocópias de documentos manuscritos em salas de 5ª ou 6ª séries, e a meninada vibrava com a tentativa de decifração da escrita, como se fossem detetives.

Como a localização dessa documentação, considerada perdida, gerou certa repercussão na cidade, levando a uma série de matérias jornalísticas em impressos, rádio e televisão, houve certa curiosidade em conhecer os documentos e realizar Oficinas em torno dos mesmos. A própria turma do Mestrado solicitou que se trouxesse a experiência da Graduação para a disciplina de Metodologia do PPGH, de forma que se formaram dois conjuntos documentais, um referente ao século XIX e outro ao século XX, conforme escolha partilhada entre o docente e a turma entre 2019 e 2021. Cumpre dizer, de passa-

gem, que tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, a situação pandêmica não impediu as Oficinas, exigindo certas adaptações de tempo e procedimentos, em função das condições concretas.

Remetendo-se à documentação camarária citada, em 2019, no âmbito da Graduação, além da produção dos *Powerpoints*, definiu-se pela produção de artigos produzidos e publicados no Blog *História Grande* (<https://historia-grande.wordpress.com/>) após o encerramento da disciplina, englobando temáticas que abrangiam a instrução pública, a política internacional, os rituais da monarquia, os movimentos de contestação política, a saúde pública, a vida econômica, os caminhos e passagens, as obras públicas, enfim, temas possibilitados pelos assuntos tratados nos documentos. A adoção de cartografia foi um ponto importante, porque a mesma foi um dos alicerces importantes para a compreensão do espaço local. Também, por se tratar coincidentemente de uma documentação da segunda e terceira décadas do século XIX, próxima do contexto da Independência que, em decorrência da efeméride dos 200 anos, despertou um interesse particular de alguns estudantes. Ainda compete destacar que dois grupos, num dado semestre, manifestaram o interesse em lidar com conjuntos documentais diferentes, por eles levantados, concernentes ao período medieval e a um jornal operário da Primeira República no Brasil, não havendo maior dificuldade de incorporar essas demandas, uma vez que a experiência metodológica estava além dos temas mais específicos e esses grupos desenvolveram suas atividades dentro da proposta da Oficina. Assim, o Blog chegou a publicar pouco mais de 20 artigos, sendo que uns poucos grupos, por motivos diversos, não puderam ou quiseram publicar, uma vez que o caráter opcional dos artigos foi estabelecido de antemão.

A repercussão dos documentos também gerou alguns convites para a realização da Oficina em outros espaços extra-universitários, como junto a docentes do GT de Ensino da ANPUH-PB, ao Instituto Federal da Paraíba, nas cidades de João Pessoa e Guarabira, em formato presencial e remoto. Certamente, o deslocamento da atividade para distintos graus de ensino e de faixa etária implicaram em algumas mudanças no formato, mas o essencial, de ser uma atividade de experimento metodológico com fontes e do uso de novas tecnologias, foi o cerne do processo.

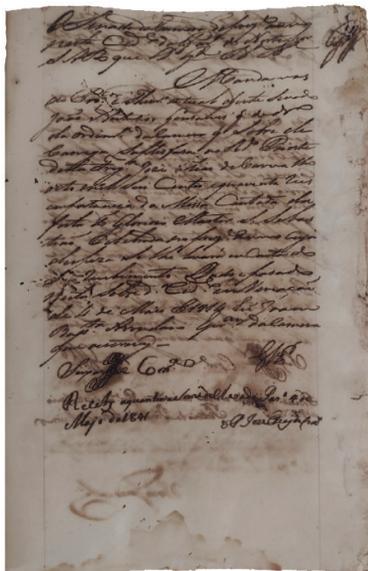
Como ponto mais recente, e migrando para a parte final do artigo, traremos em mais detalhes a experiência com documentos efetivamente muito

“insípidos” e da realização da Oficina por meios estritamente remotos e a subsequente publicação dos resultados no referido Blog.

POR TRÁS DOS PAPEIS APARENTEMENTE INSÍPIDOS PODE PALPITAR UMA INSTIGANTE HISTÓRIA

Entre os documentos encontrados no dito acervo, um *Livro de Mandados de Despesas da Câmara (1814-1818)* chamou a atenção, mas não foi objeto de um trabalho sistemático inicial, uma vez que se tratava de documentos um tanto áridos, cujo teor consistia em ordens de pagamentos e recibos pelas mais diversas despesas referentes à serviços ou aquisição de materiais para a municipalidade. Apresento a reprodução de um deles adiante, para que se tenha idéia de seu formato e conteúdo.

Figura 1 – Mandado de pagamento da Câmara Municipal da Cidade da Paraíba ao Reverendo Padre dessa Freguesia, José Elias de Carvalho, no valor de 8\$640 (oito mil seiscientos e quarenta réis), pela Missa Cantada na Festa do Glorioso Mártir de São Sebastião, em 1814.



Fonte: Foto do autor. Acervo Câmara Municipal de João Pessoa.

Segue o teor do texto, cujo formato se repete nos demais, com variação dos conteúdos específicos das despesas:

O Senado da Camara este presente anno / nesta Cidade da Paraíba por / S. Alteza Real que Deos Guarde

Mandamos / ao Procurador e Thezoureiro atual deste Senado / João Antonio Gonçalves, que do dinheiro da / Ordinaria da Camara que sobre ele / Carrega sapstifasa ao Reverendo Padre / desta Freguesia José Elias de Carvalho / oito mil Seis centos e quarenta Reis / importancia da Missa Cantada da / Festa do Glorioso Martir S. Sebas-/tião celebrada no presente anno cuja / despeza se lhe levará em conta do / seo Recebimento. Dado, e passado / nesta sobredita Cidade em Vereação / de 4 de Maio de 1814 Eu João / Baptista Avondano Escrivam da Camara / que o escrevy.

Seixas Correia Gonçalves

Receby a quantia asima declarada Paraíba 4 de Maio 1841 (sic.)

Pe. Jozé Elias de Carvalho

Conforme se vê, em princípio trata-se de um documento bastante burocrático, relacionado à história administrativa do município, o que, considerando certa visão incauta, poderia incidir numa história “tradicional” e despidada de um teor social ou cultural mais instigante. Não obstante, papéis de tamanha sensaboria e mesmo enfadonhos não poderiam sugerir nada mais que tédio, especialmente para jovens *Feras* (nome local, equivalente a calouros em outras regiões do país), recém-egressos do ensino médio e ambientados com todo o tipo de novas tecnologias. Pois então, a experiência com tais papéis velhos e monótonos é que se tornou a base da Oficina e contou com bastante ânimo da maioria dos participantes.

Antes de prosseguir, além da observação pertinente de Bloch sobre a possibilidade de descobrir histórias muito pulsantes por trás de vestígios aparentemente inócuos e afastados da vida, cabem algumas considerações que entendendo pertinentes em torno das escolhas temáticas ou das áreas de estudos. Afinal, se há uma história que às vezes – e de forma equivocada – é considerada como bolorenta, é a história administrativa, uma espécie de representante máxima

do que se poderia denominar de “tradicional”, das famosas “listas de reis e ministros”.

Numa coletânea organizada por Glaydson José da Silva, denominada *A Escola Metódica* (SILVA, 2006), adotada na nossa disciplina de Introdução aos Estudos Históricos, o próprio organizador e o professor Leandro Karnal chamam atenção para o fato de que os historiadores dos *Annales* propuseram diversas inovações teóricas e metodológicas, mas não propugnaram – especialmente Bloch na *Apologia*, e em menor grau Lucien Febvre, nos *Combates pela História* – que simplesmente se atrassem fora as conquistas realizadas pelos metódicos no século XIX, ressaltando a incorporação de alguns de seus procedimentos argutos de pesquisa documental, superando os seus limites teóricos, especialmente no que tange ao horizonte de suas interpretações. Com certeza, pensar que os historiadores metódicos ou antigos seriam “ingênuos” não significa mais que ingenuidade de quem assim pensa. Se há algo que caracteriza Heródoto ou Varnhagen, Ibn-Khaldun ou Leopold Von Ranke, Santo Isidoro de Sevilha ou Charles Seignobos é que tais personagens e historiadores em seu tempo não eram pessoas ingênuas e seus escritos continham argúcias só percebidas por leitores sutis, o que nem sempre é estimulado com o uso de chavões de ocasião, normalmente selados com o rótulo de “superados”, e segue a fila adiante.

Já Emília Viotti da Costa, num polêmico e instigante artigo dos anos 1990, “Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética” (COSTA, 1998), adotado em minhas disciplinas, chama atenção para um aspecto importante das renovações historiográficas mais recentes, qual seja: que certa tendência à prevalência de um reducionismo econômico até os anos 1970-80 não pode ser substituída por um reducionismo cultural em tempos mais recentes. Como nem toda a história que considera a dimensão econômica pode ser denominada “economicismo” (forma reduzida e empobrecida de considerar as dimensões materiais da existência), do mesmo modo, uma história que privilegie as dimensões culturais não pode ser reduzida e empobrecida a um “culturalismo”, não raro despido de maior fundamento teórico e rigor metodológico. De tal maneira, a historiadora propõe uma relação dialética, em que as dimensões materiais e simbólicas da existência mantenham um constante diálogo, enri-

quecendo e iluminando a história em sínteses mais substanciais que simples textos de propaganda.

Assim, a escolha de documentos administrativos, ainda mais relacionados às despesas de uma Câmara Municipal, não precisa, necessariamente, desembocar numa “história administrativa” formal e supostamente mofada pelo tempo. O olhar arguto de bons observadores pode extrair histórias muito instigantes, que é o que apresentarei em seguida, com pequena explanação do trato com documentos retirados do dito *Livro de Mandados de Despesas* e que suscitaram uma interessante experiência e conexão entre “papeis velhos” e novos suportes tecnológicos. Ao final, mais que o domínio de técnicas específicas, interessa o estudo e a produção de um conhecimento sólido, rigoroso, indagador e – por que não (?) – divertido.

ALGUMAS HISTÓRIAS POR TRÁS DE ALGUNS PAPEIS

Inicialmente, foi apresentada à turma uma série de opções de documentos, postas em votação, sendo escolhida pela maioria a investigação dos documentos camarários, que demandaria o último mês da disciplina. Diante dessa definição, foi estabelecido um processo seletivo prévio, diante do volume de documentos disponíveis. No total, o Livro comporta 178 mandados de despesas, com gastos em áreas diversas, tais como dividi com critérios atuais: pagamentos de ordenados, repasses de dinheiro ao Desembargo do Paço (Rio de Janeiro), Festejos Públicos e repasses aos Padres Franciscanos, Obras públicas e remuneração de serviços prestados à Câmara. O Livro já se encontrava totalmente transcrito, com umas poucas pendências, que foram sanadas com a colaboração dos mencionados colegas de Paleografia, que gentilmente revisaram alguns documentos sobre os quais pairavam certas dúvidas.

Foram formados dois grandes blocos de temas, com subdivisões. No primeiro bloco, genericamente denominado “Festejos e Igreja”, foram agregados documentos e criados grupos sobre a Festa de Corpus Christi, do Glorioso Mártir São Sebastião, da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) e das efemérides da Família Real (nascimentos, aniversários, casamentos, lutos etc.). O segundo bloco, por sua vez denominado “Governo da Cidade”, englobava mais documentos de ordem administrativa, com grupos formados em torno da administração camarária, das obras públicas e a Cadeia,

dos serviços prestados à Câmara e dos Mercados e Varadouro. Certamente, não haveria tempo hábil para explorar toda a documentação constante no referido Livro, por conseguinte, fiz uma seleção prévia, com base em critérios por mim estabelecidos, o que gera certa “artificialidade” em relação a uma pesquisa efetiva, de longo fôlego, mas como se tratava de uma oficina de introdução, a questão efetiva era propiciar uma experiência inicial, que poderia deslançar o estímulo para outras investigações, sobre outras temáticas e períodos. A questão da seleção estabelecida, os critérios adotados para a divisão dos temas e a menção à existência de outros possíveis critérios no âmbito da historiografia, não deixaram de ser tratados nos momentos introdutórios da atividade.

Assim, foram formados oito grupos, com três ou quatro integrantes em cada um deles, com a destinação de cerca de sete a doze documentos por grupo, o que resultou num total de 74 mandados de despesas. O primeiro *frisson* na turma se deu com a entrega das versões digitais dos documentos, uma vez que as transcrições não seguiram de imediato. Com um misto de inquietude e diversão, sem maiores conhecimentos de Paleografia, os jovens *Feras* quebraram as cabeças para decifrar um pouco daquela escrita rebuscada e, às vezes, tortuosa. Um pequeno exemplo de dúvida surgiu em torno da suposta palavra “panateia”, que aparecia num documento de 23 de Novembro de 1816, que desafiou um dos grupos. Diante disso, no segundo dia da Oficina, o colega Mozart Vergetti apresentou uma breve explanação sobre Paleografia e tirou várias dúvidas, quando constatamos que a palavra seria “bretanha”, um tecido (ou, no linguajar da época, uma “fazenda”), usada numa cerimônia fúnebre realizada pela Câmara.

Para realizar a investigação dos documentos, certamente se buscou amparo em referências bibliográficas pertinentes, como Dicionários de História do Brasil Colonial e Imperial, o Vocabulário Portuguez-Latino, do século XVIII, do Padre Raphael Bluteau (disponível eletronicamente na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da USP), além de diversas obras relativas à historiografia do e acerca do período. Em relação às obras do período, alguns grupos recorreram, por exemplo, às “Memórias para servir à história do Reino do Brasil”, do Padre Luís Gonçalves dos Santos (Padre “Perereca”), publicada originalmente em 1825 e que continha diversas descrições de cerimônias públicas realizadas na Corte do Rio de Janeiro, replicadas em outras cidades do Brasil.

Antes das apresentações, houve horários de atendimentos coletivos e por cada grupo, tendo em vista sanar dúvidas, realizar indicações e sugestões. Os grupos apresentaram seus resultados através de *Powerpoints*, sendo a primeira tarde de apresentações voltada para os “Festejos” e a segunda para o “Governo da Cidade”. Sinteticamente, os resultados apresentados foram os seguintes:

O primeiro grupo, composto pelos estudantes Elisama Lima, João Aquino, Eduarda Martins e Samuel Costa, apresentou a Festa do Glorioso Mártir São Sebastião, muito popular em Portugal e suas colônias, fazendo uma investigação sobre a importância do referido santo no mundo Católico, seus festejos em Portugal e em diversas cidades brasileiras, chegando aos documentos locais, onde atentou para o tipo de despesas realizadas para custear a festa, as pessoas envolvidas, tais como Padres que entoavam missas cantadas, o pregador do sermão, o mestre de capela que dirigia o coro, as despesas com iluminação etc.

Figuras 2 e 3 – Festa do Glorioso Mártir de São Sebastião, entre 1814 e 1818.
Gráfico das despesas na Festa de Corpus Christi, 1814 e 1818.



Fonte: Acervo da disciplina Introdução aos Estudos Históricos (UFPB), semestre 2020.1. Disponível em: <https://historiagrande.wordpress.com/2022/01/19/a-parahyba-comemora-o-glorioso-martir-sao-sebastiao-festa-e-politica-no-inicio-do-seculo-xix/>.

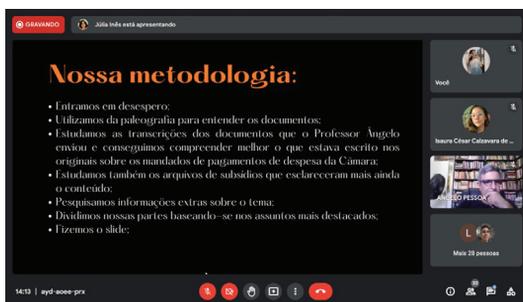
O grupo seguinte, integrado por Brenno Machado, Kaylany Paulino, Mahari Melo e Paulo Santos, apresentou a festa de Corpus Christi, que consistia na mais importante comemoração religiosa no âmbito de Portugal e seus domínios. Além de tangenciar questões de âmbito mais geral, como o surgimento da festa na antiguidade, sua difusão pelo mundo Católico, as relações entre essa festa e a monarquia lusitana, sua realização no Brasil e na Paraíba. Assim como o grupo anterior, foi observado o avultado gasto com iluminação, tendo as velas um custo muito expressivo, dados os processos de sua fabricação. De tal forma, o grupo elaborou um Gráfico discriminando os tipos de gastos, de forma a poder comparar os mesmos e tirar conclusões em torno de seu montante, especialmente dos custos das velas.

Já o grupo formado por Lucas Marinho, Luiz Villarim, e Ruth Rodrigues debruçou-se sobre as cerimônias em torno da família real portuguesa, nas quais se buscava reforçar os laços entre a monarquia e os súditos. Foi possível, analisar eventos como aniversários natalícios do monarca Dom João VI, a cerimônia fúnebre da “quebra de escudos” pelo falecimento da rainha Dona Maria I, entre outras. Uma questão apontada por todos os grupos foi a da discrepância entre as datas das cerimônias na Corte do Rio de Janeiro e na localidade, uma vez que a difusão das notícias implicava em demora e, às vezes, a dilação de prazos estava relacionada à contextos locais específicos, como o caso da conhecida Revolução de 1817, que atingiu diversas províncias do Reino do Brasil.

Encerrando a primeira tarde, o grupo de Daysla Gomes, Isaura Araújo, Júlia Santana e Leônia Avelino debruçou-se sobre as festividades de elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, ocorridas na Corte em finais de 1815, mas apenas comemoradas localmente em 13 de Maio de 1816, que correspondia também ao aniversário do rei D. João VI. A percepção da escolha das datas, se em função de motivações políticas ou econômicas (fazer uma despesa unificando as duas comemorações) foi aventada. Como nas demais festividades, as imbricações entre monarquia e religião foram objeto de discussão. Ao final dessa primeira tarde, alguns questionamentos gerais foram levantados, assim como haviam sido feitos especificamente para cada grupo, entre uma apresentação e outra.

A segunda tarde de apresentações girou em torno da governança da cidade e a situações que permeavam o seu cotidiano ou que irrompiam em termos de movimentos políticos de grande alcance. O grupo de Éricka Silva, Izabelly Pereira e Nathalie Ramos debruçou-se sobre a Administração Camarária em seu funcionamento interno, buscando entender como se dava a composição

Figuras 4 e 5 – Cerimônia de “Quebra de Escudos” da rainha D. Maria I na Paraíba e Exposição dos procedimentos metodológicos usados pelo grupo do “Reino Unido”.



Fonte: Acervo da disciplina Introdução aos Estudos Históricos (UFPB), semestre 2020.1.

da Câmara, quais eram os cargos e suas atribuições, sua hierarquia interna, os valores dos vencimentos etc.

Dando sequência, o grupo de Andrean Silva, Eduardo Egito, Janieli Ferreira e Sufia Dantas investigou os documentos referentes à prestação de serviços à Câmara, através de oficiais e outros trabalhadores como mestres carpinteiros, ourives, pintores, sapateiros, ferreiros, fornecendo seus conhecimentos técnicos para revestir de couro a mobília do Senado da Câmara, confeccionar uma campanha de prata para as sessões de Vereação, produzir padrões de ferro e de madeira para o fiscal de pesos e medidas, entre outras atividades que revelavam pequenas brechas do mundo do trabalho na cidade.

Figuras 6 e 7 – Relação dos cargos integrantes da Câmara Municipal. Pagamento ao Mestre Pintor por dourar as armas reais e outros objetos e ao Mestre Ferreiro pelo fornecimento de ferragem.



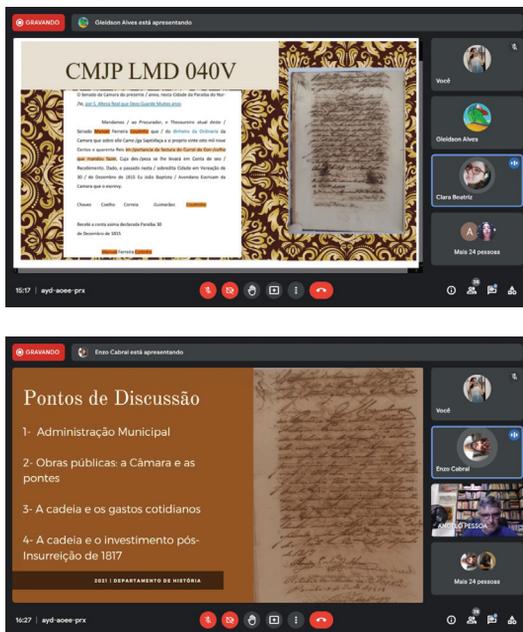
Fonte: Acervo da disciplina Introdução aos Estudos Históricos (UFPB), semestre 2020.1.

Em seguida, o grupo integrado por Aleksandr Fernandes, Alexandre Freire, Enzo Vieira e Rickelmy Rodrigues se debruçou sobre algumas obras públicas e a cadeia. Foram apontadas a importância da manutenção de estradas e pontes para viabilizar as atividades comerciais, das fontes para o fornecimento de água à população. Foram destacados os expressivos gastos com a cadeia, considerando-se uma sociedade bastante autoritária, especialmente no ano de 1817, devido a um movimento de contestação à Corte do Rio de Janeiro, cujo saldo foi uma intensa repressão nas regiões envolvidas.

Finalizando, grupo de Ana Beatriz Silva, Clara Albuquerque, Gleidson Oliveira e Isabelle Silva analisou as questões referentes ao Mercado Público e ao comércio local, bem como à região portuária, e o comércio de longo alcance, mostrando a importância de tais atividades e a fiscalização da Câmara sobre os mercados. Esse e o grupo anterior se detiveram com algum detalhe

no cargo de Almotacé, que reunia atribuições referentes às obras públicas, vigilância das condições sanitárias e fiscalização dos pesos e medidas praticados na cidade.

Figuras 8 e 9 – Análise de documentos referentes ao porto da cidade e à Cadeia Pública.



Fonte: Acervo da disciplina Introdução aos Estudos Históricos (UFPB), semestre 2020.1.

Ao finalizar a atividade, foi unânime o contentamento de se ter produzido algo novo, usando uma documentação até então inédita, por estudantes ingressantes em um curso de Graduação. Certamente, os grupos também constataram o quanto é instigante e árdua a atividade da pesquisa histórica e gratificante o contato com fontes primárias. Alguns manifestaram o interesse em continuar pesquisando temáticas locais, outros afirmaram ter interesse por outros assuntos e períodos, mas destacaram os ganhos advindos da experiência e a visão adquirida sobre os desafios de uma pesquisa de maior porte, uma vez que havia se tratado de uma oficina de um mês, com um número reduzido de fontes e uma seleção prévia das mesmas.

Na continuidade, após o encerramento da disciplina, cinco grupos desenvolveram artigos para a publicação no Blog *História Grande*, os quais obtiveram uma expressiva visualização e comentários e chegaram a ser usados por colegas docentes em sala de aula de educação básica, tratando de alguns assuntos da história local não presentes em livros didáticos ou por outras vias. Outros, por motivos diversos, não puderam apresentar seus artigos no mesmo Blog. Certamente, as potencialidades são diversas e as interações entre o domínio das “velhas” metodologias e das novas tecnologias ainda têm muitos aspectos a serem explorados e aprimorados. A par dos temas específicos abordados nas oficinas, o que efetivamente importa é que a experiência propõe – e consideramos que atinge em vários graus – a realização de uma atividade de caráter prático, de colocação de futuras pessoas historiadoras em situações de criação e produção de novos horizontes de estudos e questionamentos.

Concluindo este relato, volto à epígrafe de Sérgio Sampaio, quando nos lembra que “o maior dos temporais aduba o jardim” (*Ninguém vive por mim*, 1976). Vivemos em tempos difíceis, inquietantes, em que campeia a violência e todo o tipo de agressões, muitas vezes gratuitas e insanas, à beira do abismo da Terraplana. Certamente, nesses momentos, os grandes historiadores, os nossos maiores colegas, nos convidaram a encarar nosso conhecimento de maneira serena e madura, de forma a não nos deixarmos levar pelo imediatismo, pelo desespero e pela depressão, que têm abatido tantas pessoas no meio da historiografia e da docência. Encontrar-se com os fundamentos de nossa profissão, reconstruir-se cotidianamente como docentes, implica na percepção mais nítida de que, em e na história, tudo passa e tudo vai continuar a passar. Construir o nosso ofício como cidadãos participantes das melhores lutas do povo nas ruas e, ao mesmo tempo, como investigadores que apostam no poder transformador do conhecimento – nos planos individual e coletivo –, é uma das razões de se continuar fazendo História, de se continuar a ensiná-la para os jovens futuros colegas e outras pessoas interessadas, com a perspectiva de partilharmos juntos a construção de uma visada de futuro mais promissora, guiada pela serenidade de quem entende que tudo passa e que o obscurantismo também tem seu dia de ocaso. O mesmo compositor Sérgio Sampaio, em outra música, nos lembra que:

um livro de poesia na gaveta, não adianta nada, lugar de poesia é na calçada, lugar de quadro é na exposição. Lugar de música é no rádio, ator se vê no palco e na televisão, o peixe é no mar, lugar de samba-enredo é no asfalto, lugar de samba-enredo é no asfalto. Aonde vai o pé, arrasta o salto. Lugar de samba-enredo é no asfalto. Aonde a pé vai, se gasta a sola. Lugar de samba-enredo é na escola. (*Cada lugar na sua coisa*, 1976)

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História UFRGS*, n. 10, dez. 1998, p. 7-22.
- COSTA, Marcella Albaine F. da. Ensino de História e Tecnologias Digitais: trabalhando com oficinas pedagógicas. *Revista História Hoje*. São Paulo: ANPUH, v. 4, n. 8, p. 247-264.
- LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e Historiografia Digital. *Boletim Historiar*. Aracaju: GET/UFS/DH, v. 1, p. 45-57, 2014.
- MAYNARD, Dilton C. S. Passado Eletrônico: Notas sobre História digital. *Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. v. 29, n. 2, p. 103-116. jul./dez. 2016.
- SAMPAIO, Sérgio. *Tem que acontecer* (Long-pLay). São Paulo: Continental, 1976.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Coletânea de documentos históricos para o 1º Grau: 5ª a 8ª séries*. São Paulo: SE/CENP, 1978.
- SILVA, Glaydson José (org.). *A Escola Metódica*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2006 (Textos Didáticos, 61).
- VIEIRA, Padre Antônio. *Escritos Históricos e Políticos*. Estabelecimento dos textos, organização e prefácio de Alcir Pécora. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 3 a 33.

NOTAS

¹ O autor dedica este artigo às Professoras Joana Neves, Laura Baracuhy e Rosa Godoy, com quem aprendeu grandes lições de pesquisa e docência na História.

² A crescente produção de reflexões acerca do impacto da cultura digital sobre a pesquisa e a didática da História subsidia importantes debates sobre história digital e história por meios digitais, uso de tecnologias digitais e historiografia, riscos da abundância de informações, autenticidade das fontes e toda uma plethora de questões conexas (vide COSTA, 2015 e LUCCHESI, 2014), mas, pelo objetivo de apresentarmos a experiência da Oficina e dado limite físico da extensão do artigo, ficamos a dever maiores aprofundamentos nessa direção em outra ocasião.

³ Importante frisar que a equipe responsável pela elaboração do referido material foi composta pelas professoras historiadoras Maria de Lourdes Monaco Janotti, Laima Mesgravis e Enezila de Lima.

⁴ Cumpre salientar aqui que no currículo do referido curso vigia a estrutura anual, depois substituída pela semestralidade quando eu já não integrava os quadros da referida instituição.

